

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA-UNICEUB-

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO
(MESTRADO E DOUTORADO)**

**DISCIPLINA- FILOSOFIA DO DIREITO: HISTÓRIA DO DIREITO
BRASILEIRO E DAS IDEIAS JURÍDICAS NO BRASIL**
Instrutor: Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

QUALIFICAÇÃO: Livre-docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP. Estágios de pós-doutorado em Teoria Literária na Universidade de Brasília (UnB), em Direito Norte-Americano na Universidade de Boston (Boston University-BU), em Direito Constitucional (PUC-RS). Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). MBA em Direito da União Europeia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) (2004). Professor e pesquisador visitante na Faculdade de Direito de Nova Délhi (Índia), no Instituto Max Planck de História do Direito (Frankfurt-Alemanha), na Universidade da Califórnia (Berkeley) e na Universidade de Pretória (África do Sul).

JUSTIFICAÇÃO: Nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Direito que se conhece no Brasil há expressivo conjunto de trabalhos que exploram arranjos institucionais e conceituais peculiares do direito nacional. Percebe-se alguma demanda para tratamento sistemático dos fundamentos históricos do pensamento jurídico brasileiro. Constata-se necessidade de treinamento para o trato com as fontes primárias, frequentemente desprezado, em favor de historiografia apologética, indicativa de falso progresso, e lastreada em bibliografia de vulgarização. O problema está no método. O resultado é uma absoluta falta de originalidade em boa parte das dissertações e teses de doutoramento apresentadas, bem entendido, quanto às abordagens históricas. Há necessidade de que o pesquisador seja adequadamente estimulado para dialogar com as fontes primárias, de onde possa colher material para fundamentar historicamente as investigações que realiza. É justamente esse treinamento que justifica a proposta do curso. Como os historiadores escrevem a história? Como os juristas escrevem a história do direito? Como se tem escrito a história do pensamento jurídico brasileiro? Há um pensamento jurídico brasileiro? São essas as perguntas que o curso se propõe a enfrentar.

OBJETIVOS: Apresentar as linhas gerais de algumas fórmulas e tendências de pesquisas historiográficas. Enfatizar a importância do uso da fonte primária, especialmente no que se refere ao resgate de materiais. Discutir os limites do uso de fontes secundárias. Familiarizar o pesquisador com a linguagem e com as fórmulas do direito de feição histórica. Propiciar material de apoio. Identificar conjunto bibliográfico que possibilite sólida e segura exploração de fontes históricas. Instrumentalizar o estudante para o trato adequado das fontes primárias, a partir de discussões em torno da contextualização dos documentos e textos levados em sala de aula. Mapear possibilidades de pesquisa, com especial referência nos projetos e interesses específicos dos estudantes.

ENQUADRAMENTO, CARACTERÍSTICAS, CARGA HORÁRIA, METODOLOGIA, AVALIAÇÃO E POSOLOGIA DA DISCIPLINA: Aulas expositivas com foco na discussão de questões previamente postas. Discussões centradas nas leituras previamente determinadas. Espera-se do estudante leitura prévia dos textos, comprovada no contexto das discussões em sala de aula e na entrega de fichamentos. Entrega de artigo sobre tema explorado em aula, ao fim do curso, com média de 20 páginas, como condição para aprovação. Encontros semanais com 4 horas de duração. Há possibilidade de escolha de módulos, dependendo de interesse de maior ou menor aprofundamento de determinados temas.

EMENTA: O tema da historiografia jurídica. Limites e possibilidades de uma história do direito. O trato com as fontes primárias na construção de uma história do direito brasileiro. Fontes bibliográficas. A história do direito português. A transposição do direito português para o Brasil. A estrutura judicial no Brasil Colonial. As fontes, a hierarquia das fontes e as Ordenações Filipinas. O direito no contexto da presença da família real portuguesa no Brasil. A independência e a Constituição de 1824. A legislação escravista. Os primeiros cursos jurídicos. O Código Criminal do Império. O liberalismo jurídico brasileiro do século XIX. A Lei de Terras. Instituições e cultura jurídica na Primeira República. O direito na Era Vargas e na República Populista. Os juristas e a Era Militar. O Ato Institucional nº 5. O papel do direito na transição para um arranjo institucional democrático. História do pensamento jurídico brasileiro.

PROGRAMA E ROTEIRO DOS MÓDULOS DE ESTUDO:

MÓDULO DE APRESENTAÇÃO: Conceitos. Problemas metodológicos. Apresentação da disciplina. Entrega e discussão do *syllabus* e da metodologia. Alerta para a carga de leituras. Inventário de dificuldades. O tema da historiografia. Indicação das fontes de pesquisa. Apresentação da bibliografia. Especificação da avaliação. Discussão dos módulos.

Sugestão de leituras: Posner, Richard, *A Dependência do Direito em Relação ao Passado, in Fronteiras da Teoria do Direito*, São Paulo: Martins Fontes: 2011, 167-202. Lemon, M. C., *Philosophy of History*, London & New York: Routledge, 2005, pp. 201-237. Novais, Fernando A. e Silva, Rogério F. da, *Nova História em Perspectiva*, São Paulo: Cosac Naify, 2011, parte introdutória, pp. 6-70. Schaff, Adam, *História e Verdade*, São Paulo: Martins Fontes, 1995, pp. 201-310. Veyne, Paul, *Como se escreve a História*, Brasília, UnB, 1998, pp. 51-80. Godoy, Arnaldo, *Direito e História: uma relação equivocada*, Londrina: Humanidades, 2003.

MÓDULO 1: A historiografia do Direito. O problema do método. O papel legitimador do *status quo*. A função restauradora e reacionária. História do direito como retórica e argumento. A história do direito na formação dos juristas. A importância da história jurídica-institucional como discurso histórico. Os historiadores do direito e a herança marxista e weberiana. Edward Palmer Thompson (*Senhores e Caçadores*). Carlo Ginzburg (*O queijo e os vermes*). Antonio Manuel Hespanha (*Guiando a mão invisível, o Estado e a lei no liberalismo monárquico português*). Antonio Pedro Barbas Homem (*O Espírito das Instituições*). José Reinaldo de Lima Lopes (*O Oráculo de Delfos*). Raimundo Faoro (*Os donos do poder*). A tradição historiográfica jurídica brasileira.

Sugestão de leituras: Hespanha, Antonio Manuel, *Cultura Jurídica Europeia- Síntese de um milênio*, Mem Martins: Europa-América, 2003, pp. 15-71. Barbas Homem,

Antonio Pedro, *O Espírito das Instituições- um estudo de História do Estado*, Coimbra: Almedina, 2006, pp. 19-118. Thompson, Edward Palmer, *Whigs and Hunters- the origin of the black act*, London: Breviary Staff Publications, 2013. Fonseca, Ricardo Marcelo, *A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX*, in Neder, Gizlene (org.), *História e Direito- jogos de encontros e transdisciplinaridade*, Rio de Janeiro: 2007, pp. 109-128.

MÓDULO 2: O direito português. A utopia da herança romana. A historiografia jurídica em Portugal. A reforma pombalina da universidade. As contribuições de Alexandre Herculano. Antecedentes romanos, germanos e muçulmanos. A formação do Estado Português (1140-1248). A Revolução de Aviz (1385), o Rei, as Cortes, o Conselho Rei, os Tribunais Superiores e a Fazenda Régia. As Ordenações Afonsinas. Razões, elaboração, técnica de compilação. Conteúdo constitucional do Livro II das Ordenações Afonsinas. As Ordenações Manuelinas. O problema do renascimento medieval do direito romano. As Ordenações Filipinas. O conteúdo draconiano do Livro V das Ordenações Filipinas. O crime de lesa-majestade. O constitucionalismo moderno em Portugal. A mitocrítica do constitucionalismo português.

Sugestão de leituras: Caetano, Marcello, *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa: Verbo, 1985, pp. 57-176. Cunha, Paulo Ferreira da, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra: Almedina, 1995, pp. 213-236. Cunha, Paulo Ferreira e outros, *História do Direito- do Direito Romano à Constituição Europeia*, Coimbra: Almedina, 2005, pp. 159-194.

Tema para discussão: O Livro V das Ordenações Filipinas.

MÓDULO 3: A transposição do direito português para o Brasil. O regime colonial. O modelo administrativo. A fórmula das capitânias. A centralização e o governo-geral. A União Ibérica. Os arranjos institucionais da justiça. O direito natural em Tomás Antonio Gonzaga.

Sugestão de leituras: Schwartz, Stuart B., *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 27-92. Wehling, Arno e Wheling, Maria José C. M., *Formação do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, pp. 309-348. Lopes, José Reinaldo de Lima, *O Direito na História- Lições Introdutórias*, São Paulo: Atlas, 2009, pp. 212-253. Anderson, Perry, *Linhagens do Estado Absolutista*, São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 58-84.

Tema para discussão: Autos da devassa de Tiradentes.

MÓDULO 4: O Período Joanino. A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 (Abertura dos Portos). O Alvará de 27 de junho de 1808 e a *décima dos prédios urbanos*. O Alvará de 28 de junho de 1808 e a criação do Erário Régio e do Conselho da Fazenda. A criação do Banco do Brasil. Os tratados com a Inglaterra. O Alvará de Liberdade Industrial. A elevação do Brasil a Reino Unido. A influência de Silvestre Pinheiro Ferreira.

Sugestão de leituras: Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes, *História da Tributação no Período Joanino, Brasil- 1808-1821*, Brasília, ESAF, 2008 (leitura integral). Marcos, Rui Manuel de Figueiredo, *Rostos Legislativos de D. João VI no Brasil*, Coimbra: Almedina, 2008, pp. 1-81.

Tema para discussão: O pensamento constitucional em Silvestre Pinheiro Ferreira e o papel do Visconde de Cairu como o pai fundador do direito comercial brasileiro.

MÓDULO 5: O Primeiro Reinado (I). A independência. A cerimônia de coroação. A mística do crime de lesa-majestade. A Constituição de 1824. A legislação administrativa.

O regime de empréstimos. A legislação fiscal. A legislação escravista. O pensamento jurídico de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Sugestão de leituras: Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A Formação do Primeiro Estado Português no Brasil (1808-1831)* (mimeo), capítulos I, II e III. Marquês de São Vicente, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, São Paulo: Ed. 34, 2002, pp. 78-108.

Tema para discussão: O constitucionalismo revolucionário de Frei Caneca.

MÓDULO 6: O Primeiro Reinado (II). A criação dos cursos jurídicos no Brasil. O § 33 do art. 179 da Constituição de 1824. A lei de 11 de agosto de 1827. O discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos na sessão de 7 de agosto de 1826 na Câmara dos Deputados. São Paulo. Olinda. Recife. Os estatutos do Visconde de Cachoeira. Os programas de ensino e as cadeiras oferecidas. Os manuais adotados. A influência do Direito Natural. Christian Thomasius. Hugo Grócio. Samuel Puffendorf. A influência de Coimbra. O Código Criminal do Império. O tema das bases sólidas de justiça e equidade. A maioria penal. A parte geral. Os tipos. Regime de penas. O pensamento constitucional em Pimenta Bueno.

Sugestão de leituras: Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A Formação do Primeiro Estado Português no Brasil (1808-1831)* (mimeo), capítulos IV, V e VI. Adorno, Sérgio, *Os aprendizes do poder- o bacharelismo liberal na política brasileira*, São Paulo: Paz e Terra, 1988 (leitura integral).

Tema para discussão: A lei de 11 de agosto de 1827 e os estatutos do Visconde de Cachoeira.

MÓDULO 7: O Período Regencial. A abdicação de D. Pedro I. A Regência Trina Provisória. A Regência Trina Permanente. A Regência Una de Diogo Antonio Feijó. A Regência Uma de Pedro de Araújo Lima. O Ato Adicional de 1834. A Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1840. O Regresso Conservador. O pensamento constitucional na obra do Padre Diogo Antonio Feijó.

Sugestão de leituras: Martins, Luís, *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008 (leitura integral). Venâncio Filho, Alberto, *Das Arcadas ao Bacharelismo*, São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 28-74.

Tema para discussão: Bernardo Pereira de Vasconcelos e o discurso na Câmara dos Deputados em 7 de agosto de 1826, a propósito da escolha da cidade para a instalação de um curso jurídico no Brasil.

MÓDULO 8: O Segundo Reinado (I). O Poder Moderador. O Conselho de Estado. O regime escravista. O regime da propriedade de terras. O bacharelismo. O Supremo Tribunal de Justiça do Império. O Código de Processo Criminal. O pensamento do Visconde do Uruguai e a questão do federalismo. O pensamento de Tavares Bastos.

Sugestão de leituras: Hespanha, Antonio Manuel, *Guiando a mão invisível- direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*, Coimbra: Almedina, 2004, pp. 79-124. Lopes, José Reinaldo de Lima, *O Oráculo de Delfos, o Conselho de Estado no Brasil-Império*, São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 150-310.

Tema para discussão: A legislação escravista.

MÓDULO 9: O Segundo Reinado (II) e I literatura jurídica do Império. A propaganda abolicionista. A atuação de Joaquim Nabuco. A Guerra do Paraguai. A organização judiciária. O regime de padroado. A propaganda republicana. A ordem positivista. Os juristas do Império. O Visconde do Cairu. Carneiro de Campos. José

Bonifácio de Andrada e Silva. José Clemente Pereira. Paulino José de Sousa. Pimenta Bueno. Zacarias de Góes e Vasconcelos. Teixeira de Freitas. Tobias Barreto. Antonio Joaquim Ribas. Cândido Mendes de Almeida. O jovem Rui Barbosa. A codificação civil. **Sugestão de leituras:** Lopes, José Reinaldo de Lima (org.), *O Supremo Tribunal de Justiça do Império-1828-1889*, São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 19-104. Carvalho, José Murilo de, *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 205-312. Dutra, Pedro, *Literatura Jurídica no Império*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1992 (leitura integral). Lopes, Reinaldo de Lima, *O Direito na História*, pp. 287-338. Barreto, Plínio, *A Cultura Jurídica no Brasil*, São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922.

Tema para discussão: O legado de Tobias Barreto.

MÓDULO 10: A República de Espada. A República Velha. A Era de Vargas. Lima Barreto e o *Triste fim do Policarpo Quaresma*. A crítica a Floriano Peixoto. Os decretos do Governo Provisório. Rui Barbosa e a doutrina brasileira do *habeas corpus*. A Constituição de 1891. Clóvis Bevilácqua e o Código Civil de 1916. Francisco Campos e a ordem jurídica do Governo Vargas. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937. A Consolidação das Leis do Trabalho. O mito da outorga. Os juristas conservadores.

Sugestão de leituras:, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A História do Direito entre Foices, Martelos e Togas: Brasil-1935-1965*, São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 25-72. Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes, *Clóvis Bevilácqua: internacionalista e pacifista*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2012 (leitura integral). Gomes, Orlando, *Raízes Históricas e Sociológicas do Código Civil Brasileiro*, Salvador: Universidade da Bahia, 1958.

Tema para discussão: O processo de Olga Benário Prestes no Supremo Tribunal Federal.

MÓDULO 11: A República Populista. A Constituição de 1946. A Emenda Parlamentarista. A Era Militar. O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. O Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 899, de 29 de setembro de 1969). A Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969. O papel dos juristas na Era Militar.

Sugestão de leituras: Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A História do Direito entre Foices, Martelos e Togas: Brasil-1935-1965*, São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 195-266. Vale, Osvaldo Trigueiro, *O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, pp. 140-164. Lopes, José Reinaldo de Lima e outros, *Curso de História do Direito*, São Paulo: Método, 2006, pp. 691-783.

Tema para discussão: Os intelectuais e o poder. Francisco Campos. Oliveira Vianna. Miguel Reale. Francisco Clementino de Santiago Dantas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HISTORIOGRAFIA

BOURDÉ, Guy e Martin, HERVÉ, *As Escolas Históricas*, Mem Martins: Europa-América, 2003.

LEMON, M. C., *Philosophy of History*, London & New York: Routledge, 2005.

MARX, Karl, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Centauro: 2000.

NIETZSCHE, Friedrich, *Escritos sobre História*, São Paulo: Loyola, 2005.

NOVAIS, Fernando A. e Silva, Rogério F. da, *Nova História em Perspectiva*, São Paulo: Cosac Naify, 2011.

VEYNE, Paul, *Como se escreve a História*, Brasília, UnB, 1998.

HISTORIOGRAFIA JURÍDICA

BARBAS HOMEM, Antonio Pedro, *O Espírito das Instituições- um estudo de História do Estado*, Coimbra: Almedina, 2006.

CUNHA, Paulo Ferreira da, *Memória, Método e Direito*, Coimbra: Almedina, 2004.

GINZBURG, Carlo, *O queijo e os vermes*, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HESPANHA, Antonio Manuel, *Cultura Jurídica Europeia- Síntese de um milênio*, Mem Martins: Europa-América, 2003.

HESPANHA, Antonio Manuel, *A História do Direito na História Social*, Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer, *Whigs and Hunters*, London: Breviary Stuff, 2013.

COELHO, Inocêncio Mártires, *A Questão Roberto Lyra*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2010.

HISTÓRIA DO DIREITO

CAENEKEN, R. C. van, *Uma Introdução Histórica ao Direito Privado*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CUNHA, Paulo Ferreira e outros, *História do Direito- do Direito Romano à Constituição Europeia*, Coimbra: Almedina, 2005

GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LOPES, José Reinaldo de Lima, *O Direito na História- Lições Introdutórias*, São Paulo: Atlas, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B., *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MARTINS, Isidoro, *História do Direito Nacional*, Brasília: Imprensa Nacional, 1979.

LOPES, José Reinaldo de Lima, QUEIRÓZ, Rafael Mafei Rabelo, ACCA, Thiago dos Santos, *Curso de História do Direito*, São Paulo: Método, 2006.

TEXTOS DO PROFESSOR

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A História do Direito entre Foices, Martelos e Togas: Brasil-1935-1965*, São Paulo: Quartier Latin, 2008.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes, *Clóvis Beviláqua: internacionalista e pacifista*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2012.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes, *A Formação do Primeiro Estado Português no Brasil (1808-1831)* (mimeo)

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *A Tributação no Período Joanino*, Brasília: ESAF, 2008.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Tobias Barreto- uma Biografia Intelectual do Insurreto Sergipano e sua Biblioteca com Livros Alemães do Brasil do Século XIX*, Curitiba: Juruá, 2018.

- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e História: uma Relação Equivocada*. Londrina: Humanidades, 2004.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito Grego & Historiografia Jurídica*. Curitiba: Juruá, 2004.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Literatura e Direito: Anatomia de um Desencanto. Desilusão Jurídica em Monteiro Lobato*. Curitiba: Juruá, 2002.
- GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Notas sobre o Direito no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. In: UNOPAR Cient., Ciênc. Juríd. Empres., Londrina, v.1, n.1, p. 35-39, mar. 2000.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGAMBEN, Giorgio, *O Reino e a Glória*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. Tradução para o português de Selvino Assman.
- AGAMBEN, Giorgio, *O Sacramento da Linguagem- Arqueologia do Juramento*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. Tradução de Selvino Assmann.
- ALECRIM, Octacílio, *Ideias e Constituições no Império- Influências Francesas*. Brasília: Senado Federal, 2011.
- ALONSO, Angela, *Joaquim Nabuco*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ALVES, Márcio Moreira, *68 Mudou o Mundo*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, Maria Helena, *Estado e Oposição no Brasil- 1964-1984*, Bauru: EDUSC, 2005.
- AMED, Fernando José e Negreiros, Plínio José Labriola de Campos. *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Edições SINAFFRESP, 2000.
- ANDRADE, Olímpio de Sousa. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- ARANHA, Graça (organização), *Machado de Assis e Joaquim Nabuco- Correspondência*, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras e Topbooks, 2003.
- ARAÚJO, Xavier de, *A Revolução de 1820- Memórias*, Lisboa: Caleidoscópio, 2006.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara, *História Administrativa do Brasil- Vol. V-*, Brasília: DASP-Centro de Documentação e Informática, 1970.
- AZEVEDO, João Lúcio, *O Marquês de Pombal e sua Época*. São Paulo: Alameda, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz, *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil- 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BARBALHO, João, *Constituição Federal Brasileira- Comentários*, Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1992.
- BARBAS HOMEM Antonio Pedro, *O Espírito das Instituições- um estudo de História do Estado*, Coimbra: Almedina, 2006.
- BARBAS HOMEM, *A Lei da Liberdade, vol. 1- Introdução Histórica ao Pensamento Jurídico, Épocas Medieval e Moderna*, Cascais: Principia, 2001.
- BARBOSA, Rui, *Obras Completas de Rui Barbosa- Vol. XXIV, 1897- Tomo I- O Partido Republicano Conservador- Discursos Parlamentares*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952.
- BARBOSA, Rui, *Obras Completas, vol. XVII, 1890, Tomo I*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946.
- BARBOSA, Rui, *Obras Completas, Vol. XX, 1893, Tomo III*, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949.
- BARRA, Sérgio, *Entre a Corte e a Cidade- O Rio de Janeiro no Tempo do Rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.
- BARRETO, Célia de Barros; CAMPOS, Pedro Moacyr (et. all.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico*. Tomo II. 1º vol. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- BARRETO, Plínio, *A Cultura Jurídica no Brasil*, São Paulo: Biblioteca d'O Estado de São Paulo, 1922.
- BARRETO, Tobias, *Crítica Política e Social*, Rio de Janeiro: Record, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1990.
- BARRETTO, Vicente. *Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1977.
- BARRETTO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989.

BASTOS, Aurélio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Illuminations*. New York: Schocken Books, 1985. Tradução do alemão para o inglês de Harry Zohn.

BETHEL, Leslie, *A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos- A Grã-Bretanha, o Brasil e a Questão do Comércio de Escravos- 1807-1869*, Brasília: Senado Federal, 2002.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Teoria Geral do Direito Civil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

BOBBIO, Norberto, *Teoria Generale del Diritto*, Torino: G. Giappichelli Editore, 1993.

BOJUNGA, JK, *O Artista do Impossível*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BONAVIDES, Paulo e ANDRADE, Paes de, *História Constitucional do Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BOURNE, Richard, *Getúlio Vargas- A Esfinge dos Pampas*, São Paulo: Geração Editorial, 2012. Tradução para o português de Paulo Schmidt e Sonia Augusto.

BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. *O Conselho de Estado e a Política Exterior do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1871-1874*. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: FUNAG, 2009.

BREISACH, Ernst. *Historiography*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

BUENO, José Antonio Pimenta, Marquês de São Vicente, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*. São Paulo: E. 34, 2002. Organização e introdução de Eduardo Kugelmas.

BURKE, Edmund, *Reflections on the Revolution in France*, London: Penguin Books, 2004.

CAENEGEN, R. C. van, *Juízes, Legisladores e Professores*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. Tradução do inglês para o português de Luís Carlos Borges.

CAENEGEN, R.C. van. *Uma Introdução Histórica do Direito Privado*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Tradução de Carlos Eduardo Machado.

CAETANO, Marcello, *História do Direito Português (1140-1495)*, Lisboa: Editorial Verbo, 1985.

CAIRU, Visconde de. *Visconde de Cairu-* Organização e Introdução de Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CALDEIRA, Jorge, *José Bonifácio de Andrada e Silva*, São Paulo: Ed. 34, 2002.

CALMON, Pedro, *Intervenção Federal*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1936.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 8.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

CÂMARA, José Gomes B. *Subsídios para a História do Direito Pátrio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

CAMINHA, Herick Marques, *Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*, Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

CAMPOS, Francisco, *O Estado Nacional*, Brasília: Senado Federal, 2001.

CANECA, Frei. *Ensaios políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

CARDOSO, Fernando Henrique, *Pensadores que Inventaram o Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARR, Edward Hallet. *O que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga.

CARVALHO, José Maurício de. *Contribuição contemporânea à História da filosofia brasileira: balanços e perspectivas*. Londrina: Edições CEFIL, s.d.

CARVALHO, José Murilo de, *A Formação da Almas- O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, José Murilo de, *Bernardo Pereira de Vasconcelos- Coleção Formadores do Brasil*, São Paulo: Ed. 34, 1999.

CARVALHO, José Murilo de, *Cidadania no Brasil, o Longo Caminho*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de, *Os Bestializados- o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CARVALHO, José Murilo, *A Construção da Ordem (A Elite Política Imperial)- Teatro de Sombras (A Política Imperial)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo, *Forças Armadas e Política no Brasil*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

CARVALHO, José Murilo, *Nação e Cidadania no Império: Novos Horizontes*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, M. E. Gomes, *Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821*. Brasília: Senado Federal, 2003.

CASTELLO BRANCO, Carlos, *Os Militares no Poder- de 1964 ao AI-5*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro, *Integralismo- Ideologia e Organização de um Partido de Massa no Brasil (1932-1937)*, Bauru: EDUSC, 1999.

CAVALCANTI, Amaro. *Elementos de Finanças (Estudo Theorico-Pratico)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

CERNEV, Jorge. *Silvestre Pinheiro Ferreira – um teórico liberal da monarchia representativa*. In: Convivium – Revista bimestral de investigação e cultura. São Paulo: Ed. Convívio, jan./fev., 1986.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*, Brasília: Editora da UnB, 2002.

CHACON, Vamireh, *Joaquim Nabuco: Revolucionário Conservador (sua Filosofia Política)*, Brasília: Senado Federal, 2000.

CHACON, Vamireh, *Vida e Morte das Constituições Brasileiras*, Rio de Janeiro, Forense, 1987.

CHALHOUB, Sidney, *A Força da Escravidão- Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSER, Ivo, *Visconde do Uruguai- Centralização e Federalismo no Brasil-*, Belo Horizonte: Editora UFMG e Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

COLLINGWOOD, R.G. *The Idea of History*. New York: Oxford University Press, 1994.

COLLINGWOOD, R.G. *The Principles of History*. Oxford : Oxford University Press, 2001.

COSTA, Emílio Viotti da, *Da Monarquia à República-Momentos Decisivos*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Hipólito José da, *Diário de Minha Viagem para Filadélfia (1798-1799)*, Brasília: Senado Federal, 2004.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra: Almedina, 1996.

COSTA, Moacir Lobo da. *Breve Notícia Histórica do Direito Processual Civil Brasileiro e de sua Literatura*. São Paulo: RT, 1970.

COUTO, Ronaldo Costa, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2010.

COUTO, Ronaldo Costa, *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 1999.

CROCE, Benedetto. *A História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. Tradução de Darcy Damasceno.

CUNHA, Paulo Ferreira da, *Para uma História Constitucional do Direito Português*, Coimbra: Almedina, 1995.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. *A Fundação de um Império Liberal*, in Buarque de Holanda, Sérgio (direção), *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

D'AVILA, Luiz Felipe, *Os Virtuosity- os Estadistas que Fundaram a República do Brasil*, São Paulo: A Girafa, 2006.

DEIRÓ, Eunápio, *Fragmentos de Estudos da História da Assembléia Constituinte do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam, *José Bonifácio*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam, *O Pacto Imperial- Origens do Federalismo no Brasil*, São Paulo: Globo, 2005.

DUTRA, Pedro. *Literatura jurídica no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992.

EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

FAORO, Raimundo, *Os Donos do Poder- a Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris (direção), *Historia Geral da Civilização Brasileira- Tomo III- Volume 10- O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FAUSTO, Boris (direção), *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, Volume 8, O Brasil Republicano- Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Boris (direção), *História Geral da Civilização Brasileira- Tomo III, Volume 9, O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Bóris, *História do Brasil*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAUSTO, Boris, *Vargas- uma Biografia Política*, Porto Alegre: L & PM, 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil- Ensaio de Interpretação Sociológica*, São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro Ferreira. *Idéias políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Documentário, 1976.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro, *As Dificuldades de um Império Luso-Brasileiro*, Brasília: Senado Federal, 2012.

FERREIRA, Waldemar Martins. *História do Direito Brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

FINLEY, M. I., *Uso e Abuso da História*, São Paulo: Martins Fontes, 1989. Tradução de Marylene Pinto Michael.

FIÚZA, César (coord.). *Direito Processual na História*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *Walter Benjamin, a temporalidade e o Direito*. artigo in *A Escola de Frankfurt e o Direito*. Curitiba: EDIBEJ, 1999.

FOUCAULT, Michel, *Ditos e Escritos II- Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Tradução de Elisa Monteiro.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em W. Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GARCIA, Eugênio Vargas, *Diplomacia Brasileira e Política Externa- Documentos Históricos- 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GASPARI, Elio, *A Ditadura Derrotada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPARI, Elio, *A Ditadura Encurralada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio, *A Ditadura Envergonhada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio, *A Ditadura Escancarada*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GODOY, José Eduardo Pimentel. *Dicionário de História Tributária do Brasil*. Brasília: ESAF, 2002.

GOMES DA SILVA, Nuno J. Espinosa, *História do Direito Português- Fontes do Direito*, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.

GONZAGA, Tomás Antonio, *Tratado de Direito Natural*, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (organizadores), *O Brasil Imperial- Volume I- 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros- cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUEDES, João Alfredo Libânio, *História Administrativa do Brasil- Vol.IV-*, Rio de Janeiro: DASP-Serviço de Documentação, 1962.

HAMBLOCH, Ernest, *Sua Majestade o Presidente do Brasil- Um Estudo do Brasil Constitucional (1889-1934)*, Brasília: Senado Federal, 2000. Tradução de Lêda Boechat Rodrigues.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Tradução de Jacyntho Lins Brandão.

HEGEL, G.W.F. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 1999. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden.

HESPANHA, António M. *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Européia*. Mira-Sintra: Europa-América, 1998.

HESPANHA, António M. *Poder e Instituições no Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1992.

HESPANHA, Antonio Manuel, *As Vésperas do Leviathan- Instituições e Poder Político- séc. XVII*, Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antonio Manuel, *Cultura Jurídica Europeia- Síntese de um Milênio*, Mem-Martins: Europa-América Ltda., 2003.

HESPANHA, Antonio Manuel, *Poder e Instituições no Antigo Regime*, Lisboa: Cosmos, 1992.

HESPANHA, Antonio Manuel. *Guiando a Mão Invisível- Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Coimbra: Almedina, 2004.

HOBSBAWN, Eric. *The Age of Revolution- 1789-1848*. London: Abacus, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLLANDA, Sérgio Buarque (direção), *História Geral da Civilização Brasileira- Tomo II- Volume 6- O Brasil Monárquico, Declínio e Queda do Império*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.

HOLLANDA, Sérgio Buarque (direção), *História Geral da Civilização Brasileira- Tomo II- Volume 5- O Brasil Monárquico, Reações e Transações*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.

IGGERS, Georg G. *Historiography in Twentieth Century, from Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover e London: Wesleyan University Press, 1997.

INWOOD, Michael. *Dicionário de Hegel*. Rio de Janeiro: 1997. Tradução de Álvaro Cabral.

JAIME, Jorge. *História da filosofia no Brasil*: volume 1. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

KIRSCHNER, Tereza Cristina, *José da Silva Lisboa- Visconde de Cairu- Itinerários de um Ilustrado Luso-Brasileiro*, São Paulo: Alameda e Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

KONDER, Leandro. *Walter Benjamin. O Marxismo da Melancolia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LACOMBE, Américo Jacobina e TAPAJÓS, Vicente, *Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império*, Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP, 1986.

LACOMBE, Américo Jacobina, SILVA, Eduardo e BARBOSA, Francisco de Assis, *Rui e a Queima dos Arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LACOMBE, Américo Jacobina; TAPAJÓS, Vicente. *História administrativa do Brasil; organização e administração do Ministério da Justiça no Império*. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986.

LACOMBE, Lourenço Luís, *História Administrativa do Brasil- Organização e Administração do Ministério do Império*, Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP, 1984.

LARA, Sílvia Hunold, *Fragmentsos Setecentistas- Escravidão, Cultura e Poder na América Portuguesa*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, Victor Nunes, *Coronelismo, Enxada e Voto*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEVINE, Robert M. *The History of Brazil*. New York: Macmillan, 2003.

LIMA, Hermes, *Travessia-Memórias*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LOPES, José Reinaldo de Lima (organizador), *O Supremo Tribunal de Justiça no Império- 1828-1889*, São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima, *O Direito na História*, São Paulo: Atlas, 2009

LOPES, José Reinaldo de Lima, *O Oráculo de Delfos*, São Paulo: Saraiva, 2010.

LOPES, Marco Antônio. *Voltaire Historiador*. Campinas: Papirus, 2001.

LUSTOSA, Isabel, *Insultos Impressos, A Guerra dos Jornalistas na Independência- 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYRA, Tavares. *Instituições políticas do Império*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1979.

MACAULAY, Neill. *Dom Pedro: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACEDO, Joaquim Manuel de, *Memórias da Rua do Ouvidor*, Brasília: Senado Federal, 2009.

MACEDO, Joaquim Manuel de, *Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro*, Brasília: Senado Federal, 2009.

MACEDO, Roberto, *História Administrativa do Brasil, Vol. VI, Parte VIII*, Brasília: DASP, Serviço de Documentação, 1964.

MACLACHLAN, Colin M. *A History of Modern Brazil*. Wilmington: SR Books, 2003.

MAGALHÃES, Rejane de Almeida e Senna, Marta de, *Rui Barbosa em Perspectiva*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007.

MANDÊTTA, Savério. *Impostos, Taxas e Contribuições. Resenha Histórica do Regime Fiscal no Brasil*. São Paulo: Editora Colebras Ltda., s.d.

MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo, *A Legislação Pombalina, Alguns Aspectos Fundamentais*, Coimbra: Almedina, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2006.

MARQUES, Mário Reis, *História do Direito Português Medieval e Moderno*, Coimbra: Almedina, 2002.

MARQUESE, Rafael de Bivar, *Feitores do corpo, missionários da mente- senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas- 1660-1860*, São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

MARTINS JÚNIOR, Isidoro, *História do Direito Nacional*, Brasília: Senado Federal, s.d.

MARTINS, Luis. *O Patriarca e o Bacharel*, São Paulo: Alameda, 2008.

MARTINS, Wilson, *História da Inteligência Brasileira- Volume IV- 1877-1896*, Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2010.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II (1794-1855). São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MARX, Karl. *O Dezoito do Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2000. Tradução de Silvio Donizete Chagas.

MATTOS, Ilmar Rohloff de, *O Tempo Saquarema*, São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

MAXIMILIANO, Carlos, *Comentários à Constituição Brasileira*, Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1918.

MAXWELL, Kenneth, *A Devassa da Devassa- A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal- 1750-1808*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. Tradução de João Maia.

MAXWELL, Kenneth, *Marquês de Pombal- Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Tradução de Antonio de Paula Danesi.

MELLO, Evaldo Cabral de, *Frei do Amor Divino Caneca*, São Paulo: Ed. 34, 2001.

MENDES, Antônio Celso. *Filosofia Jurídica no Brasil*. São Paulo: IBRASA; Curitiba: Ed. Universitária Champagnat, 1992.

- MERCADANTE, Paulo, *A Consciência Conservadora no Brasil- Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- MICHELET, Jules, *O Povo*, São Paulo: Martins Fontes, 1988. Tradução de Gilson Cesar Cardozo de Souza.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Um Moralista nos Trópicos- O Visconde de Cairu e o Duque de la Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MONTEIRO, Tobias. *História do Império: o Primeiro Reinado*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa, *O Liberalismo Radical do Frei Caneca*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme, AMBROSINI, Diego Rafael, FERREIRA, Gabriela Nunes e CACCIA, Natasha Schmitt, *Os Juristas na Formação do Estado-Nação Brasileiro*, São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- NABUCO, Carolina. *Oito Décadas*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NABUCO, Joaquim. *Diários- Vol. 1- 1873-1888*, Rio de Janeiro: Bem-te-vi, s.d.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*, Belo Horizonte: Itatiaia, 2004.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*, Brasília: Editora da UnB, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NEDER, Gizlene, *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: Obediência e Submissão*, Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- NEQUETE, Lenine, *Escravos & Magistrados no Segundo Reinado*, Brasília: Ministério da Justiça-Fundação Petrônio Portella, 1988.
- NETO, Lira, *Castello- A Marcha para a Ditadura*, São Paulo: Contexto, 2004.
- NETO, Lira, *Getúlio-1882-1930- Dos Anos de Formação à Conquista do Poder*, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- NICOLAU, Jaime, *Eleições no Brasil- Do Império aos dias atuais*, Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NOGUEIRA, Rubem, *História de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999.
- NOVAIS, Fernando A., *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 2011.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Convívio, 1987.
- PALMELA, Duque de, *Memórias*, Alfragide: Dom Quixote, 2010.
- PARRON, Tâmis, *A Política da Escravidão no Brasil- 1826-1865*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PEREIRA, Ana Cristina e TRONI, Joana, *A Vida Privada dos Bragança*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- PEREIRA, Vantuil, *Ao Soberano Congresso- Direitos do Cidadão na Formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)*, São Paulo: Alameda, 2010.
- PILATTI, Adriano, *A Constituinte de 1987-1988- Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- POSNER, Richard, *Fronteiras da Teoria do Direito*, São Paulo: Martins Fontes, 2011. Tradução de Evandro Pereira e Silva, Jefferson Luiz Camargo, Paulo Salles e Pedro Sette-Câmara.
- POSNER, Richard, *Public Intellectuals- A Study of Decline*, Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Evolução Política do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.
- PRATA, Edson. *História do Processo Civil e sua Prospecção no Direito Moderno*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- PUFENDORF, Samuel, *Os Deveres do Homem e do Cidadão de Acordo com as Leis do Direito Natural*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- RAMOS, Rui (org.), *História Concisa de Portugal*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.
- REALE, Miguel, *Memórias- Destinos Cruzados- Volume 1*, São Paulo: Saraiva, 1986.
- REALE, Miguel. *Figuras da inteligência brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1994.
- REALE, Miguel. *Horizontes do Direito e da História*. São Paulo: Saraiva, 1956.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RIBEIRO, João Augusto, *A Era Vargas- 2- 1950-1954*, Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.
- RIBEIRO, João Augusto, *A Era Vargas- 1- 1882-1950*, Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2002.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ROCHA, Antonio Penalves, *A Recolonização do Brasil pelas Cortes*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- ROCHA, Antonio Penalves, *Visconde de Cairu*, São Paulo: Ed. 34, 2001.
- RODRIGUES, José Honório, *Conselho de Estado e o Quinto Poder*, Brasília: Senado Federal, 1978.

RODRIGUES, Lêda Boechat, *História do Supremo Tribunal Federal*, Tomo I- 1891-1898- Defesa das Liberdades Civis, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

ROSA, Eliézer. *Capítulos de História do Direito Processual Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1975.

SALLES, Ricardo, *Joaquim Nabuco- Pensador do Império*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Tradução de Maria Paula Duarte.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis- do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O Espetáculo das Raças- Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: a suprema corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

SEGURADO, Milton Duarte. *História resumida do direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1982.

SELA, Eneida Maria Mercadante, *Modos de Ser, Modos de Ver- Viajantes Europeus e Escravos Africanos no Rio de Janeiro-1908-1850*, Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Alberto da Costa e, *As Marcas do Período*, in SILVA, Alberto da Costa e, *Crise Colonial e Independência- 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SILVA, Hélio, *1889: A República não Esperou o Amanhecer*, Porto Alegre: L & PM, 2005.

SILVA, Hélio, *1922: Sangue na Areia de Copacabana*, Porto Alegre: L & PM, 2004.

SILVA, Hélio, *1926: A Grande Marcha- A Coluna Prestes*, Porto Alegre: L & PM, 2005.

SILVA, Hélio, *1954: Um Tiro no Coração*, Porto Alegre: L & PM, 2004.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Bahia, a Corte da América*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: Edusc, 2001.

Skidmore, Thomas. *Brazil- Five Centuries of Change*. New York: Oxford University Press, 1996.

SOARES DE SOUZA, Francisco Belisário. *O sistema eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889*. Brasília: Senado Federal, 1979.

Sodré, Nelson Werneck, *Do Estado Novo à Ditadura Militar- Memórias de um Soldado*, Petrópolis: Vozes, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck, *Panorama do Segundo Império*, Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998.

SOUSA, Octávio Tarquínio de, *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SOUSA, Octávio Tarquínio, *José Bonifácio*, Belo Horizonte: Itatiaia e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SOUSA, Paulino José Soares de, Visconde do Uruguai, *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SOUZA, Maria das Graças. *Ilustração e História*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

STRZODA, Michelle, *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo- Jornalismo e Literatura no Século XIX*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle, Visconde de, *Memórias*, São Paulo: Iluminuras, 2005.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle e AVELLAR, Hélio de Alcantara, *História do Brasil- Vol. VII*, Brasília: DASP, Centro de Documentação e Informática, 1974.

TÉTART, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: Edusc, 2000.

THOMASUS, Christian, *Fundamentos de Derecho Natural y de Gentes*, Madrid: Editorial Tecnos, 1994. Tradução do latim para o espanhol por Salvador Rus Rufino e Maria Assunción Sánchez Manzano.

TORRES, Alberto, *O Problema Nacional Brasileiro*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

TORRES, João Camilo de Oliveira, *A Democracia Coroada*, Petrópolis: Vozes, 1964.

Torres, João Camilo de Oliveira, *O Conselho de Estado*, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965.

TRÍPOLI, César. *História do Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1936.

VAINFAS, Ronaldo (direção), *Dicionário do Brasil Imperial*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VALE, Osvaldo Trigueiro do, *O Supremo Tribunal Federal e a Instabilidade Político-Institucional*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VALLADÃO, Haroldo. *História do Direito Especialmente do Direito Brasileiro*. Parte I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *História da Independência do Brasil*, Brasília: Senado Federal, 2010.

VENANCIO FILHO, Alberto, *Das Arcadas ao Bacharelismo*, São Paulo: Perspectiva, 2004.

VENANCIO FILHO, Alberto, *Notas Republicanas*, São Paulo: Perspectiva, 2012.

VIANA Filho, Luiz, *A Vida de Rui Barbosa*, São Paulo: Livraria Martins, 1965.

VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

VIANNA, Oliveira, *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

VIANNA, Oliveira, *Populações Meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

VICO, Giambattista. *A Ciência Nova*. Rio de Janeiro: Record, 1999. Tradução de Marco Lucchesi.

VIDEIRA, Susana Antas, *Para a História do Direito Constitucional Português: Silvestre Pinheiro Ferreira*. Coimbra: Almedina, 2005.

VIEIRA, Rosa Maria, *O Juiz de Paz- Do Império a Nossos Dias*, Brasília: Editora da UnB, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. *História Tributária do Brasil*. Brasília: ESAF, 1989.

VIVEIROS DE CASTRO, Augusto Olympio. *Tratado dos Impostos*. S.L.: s.e., 1901.

WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Tradução do alemão para o português de José Marcos Mariani de Macedo.

WEBER, Max, *Ciência e Política- Duas Vocações*, São Paulo: Editora Cultrix, 2006. Tradução do alemão para o português de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade, vol. 1*, Brasília: Editora da UnB, 1999. Tradução do alemão para o português de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade, vol. 2*, Brasília: Editora da UnB, 1999, p. 518. Tradução do alemão para o português de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.

WEBER, Max, *Essays in Sociology*, New York: Oxford University Press, 1959. Tradução do alemão para o inglês de H. H. Gerth e C. Wright Mills.

WEBER, Max, *Max Weber on Law in Economy and Society*, New York: Clarion Book, 1967, pp. 301 e ss. Tradução do alemão para o inglês por Edward Shills e Max Rheinstein.

WEBER, Max, *Metodologia das Ciências Sociais, parte 1*, São Paulo: Cortez Editora, 2001. Tradução do alemão para o português de Augustin Wernet.

WEBER, Max, *O Direito na Economia e na Sociedade*, São Paulo: Ícone Editora Ltda., 2011. Tradução do inglês para o português por Marsely De Marco Martins Dantas.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José, *Direito e Justiça no Brasil Colonial- O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*, Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Renovar, 2004.

WEYNE, Walda Maria Mota e AMORIM, Márcio William França. *SEFAZ: Tributo à História*. Fortaleza: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, 2006.

WHIGHAM, Thomas, *La Guerra de la Triple Alianza, Causas e inicios del mayor conflicto bélico de América del Sur*, Asunción: Taurus, 2013

WHITE, Hayden. *Metahistory*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1975.

WIEACKER, Franz. *História do Direito Privado Moderno*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967. Tradução de A.M. Botelho Hespanha.

WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva, a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro- 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. Tradução de Vera Ribeiro.

WOLKMER Antônio Carlos *História do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FONTES PRIMÁRIAS- SÉCULO XIX

Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

Decreto de 11 de junho de 1808.

Alvará de 1º de abril de 1808.

Alvará de 28 de maio de 1808.

Alvará de 27 de junho de 1808.

Nota assinada por Militão José Álvares da Silva, oficial maior da Secretaria de Estado do Príncipe-Regente D. João, datada de 22 de agosto de 1808.

Alvará de 3 de junho de 1809.

Alvará de 28 de junho de 1808.

Decreto de 18 de julho de 1808.

Carta Régia de 28 de julho de 1808.

Decisão nº 33 de 2 de setembro de 1808.

Decisão nº 57 de 3 de dezembro de 1808.

Decreto de 28 de janeiro de 1809.

Alvará de 28 de abril de 1809.

Alvará de 15 de julho de 1809.

Decreto de 11 de agosto de 1809.

Decreto de 17 de agosto de 1809.

Decreto de 15 de março de 1810.
Decreto de 13 de maio de 1810.
Carta Régia de 24 de julho de 1810.
Decreto de 7 de agosto de 1810.
Alvará de 28 de setembro de 1810.
Alvará de 6 de outubro de 1810.
Decreto de 18 de outubro de 1810.
Carta Régia de 24 de novembro de 1810.
Alvará de 3 de dezembro de 1810.
Ordem nº 39 de 4 de dezembro de 1810.
Decreto de 26 de abril de 1811.
Alvará de 20 de maio de 1811.
Alvará de 6 de julho de 1811.
Carta Régia de 25 de setembro de 1811.
Alvará de 28 de setembro de 1811.
Alvará de 2 de outubro de 1811.
Carta Régia de 7 de outubro de 1811.
Decreto de 7 de dezembro de 1811.
Ordem nº 11 de 12 de fevereiro de 1811.
Ordem nº 12 de 12 de fevereiro de 1811.
Ordem nº 37 de 7 de setembro de 1811.
Alvará de 20 de outubro de 1812.
Resolução de Consulta do Conselho da Fazenda de 13 de fevereiro de 1812.
Decisão nº 2 de 2 de abril de 1813.
Ordem nº 43, de 24 de novembro de 1813.
Decreto de 10 de dezembro de 1814.
Ordem nº 26 de 5 de setembro de 1814.
Ordem nº 34, de 5 de outubro de 1814.
Ordem nº 11, de 5 de maio de 1815.
Carta Régia de 14 de dezembro de 1815.
Alvará de 25 de abril de 1818.
Decreto de 15 de setembro de 1818.
Decreto de 22 de setembro de 1818.
Decreto de 29 de outubro de 1818.
Carta Régia de 29 de novembro de 1819.
Alvará de 30 de maio de 1820.
Decreto de 25 de março de 1821.
Decreto de 21 de fevereiro de 1822.
Ordem do Ministério da Fazenda, nº 18, de 12 de fevereiro de 1822.
Ordem do Ministério da Fazenda, nº 22, de 2 de março de 1822.
Ordem do Ministério da Fazenda, nº 108, de 7 de setembro de 1822.
Ordem do Ministério da Fazenda, nº 139, de 20 de novembro de 1822.
Decreto de 30 de dezembro de 1822.
Ordem do Ministério da Fazenda, nº 4, de 8 de janeiro de 1823.
Decreto de 4 de fevereiro de 1823.
Ordem nº 33, Ministério da Fazenda, de 4 de março de 1823.
Ordem de 15 de julho de 1823.
Ordem do Ministério da Fazenda, de 24 de novembro de 1823.
Ordem nº 86, Ministério da Fazenda, de 8 de abril de 1824.
Ordem nº 243, Ministério da Fazenda, de 17 de novembro de 1824.
Ordem nº 180, Ministério da Fazenda, de 17 de agosto de 1825.
Ordem nº 191, Ministério do Império, de 29 de agosto de 1825.
Ordem nº 204, Ministério da Fazenda, de 16 de setembro de 1825.
Ordem nº 214, Ministério da Fazenda, de 30 de setembro de 1825.
Ordem nº 215, Ministério da Fazenda, de 30 de setembro de 1825.
Ordem nº 221, Ministério da Fazenda, de 1º de outubro de 1825.
Decreto de 31 de maio de 1825.
Ordem nº 152, Ministério da Fazenda, de 26 de setembro de 1826.
Ordem nº 143, Ministério da Fazenda, de 14 de outubro de 1826.
Ordem nº 123, Ministério da Fazenda, de 17 de dezembro de 1827.

Ordem nº 123, Ministério da Fazenda, de 17 de dezembro de 1827.
Lei de 30 de agosto de 1828.
Ordem nº 62, Ministério da Fazenda, de 6 de abril de 1829.
Ordem nº 130, Ministério da Fazenda, de 31 de julho de 1829.
Ordem nº 162, Ministério da Fazenda, de 22 de setembro de 1829.
Ordem nº 126, Ministério da Fazenda, de 22 de setembro de 1829.
Ordem nº 211, Ministério da Fazenda, de 5 de novembro de 1829.
Ordem nº 25, Ministério do Império, de 19 de janeiro de 1830.
Ordem nº 94, Ministério da Fazenda, de 16 de abril de 1830.
Ordem nº 96, Ministério da Fazenda, de 20 de abril de 1830.
Lei de 4 de dezembro de 1830.
Ordem nº 138, de 14 de julho de 1830.
Ordem nº 137, Ministério da Fazenda, em 16 de setembro de 1823.
Ordem nº 134, Ministério da Justiça, de 24 de dezembro de 1823.
Decreto de 29 de dezembro de 1824.
Ordem nº 32, Ministério da Guerra, em 28 de janeiro de 1824.
Ordem nº 32, Ministério da Guerra, em 28 de janeiro de 1824.
Ordem nº 59, Ministério da Guerra, em 26 de fevereiro de 1824.
Ordem nº 71, Ministério da Marinha, em 17 de março de 1824.
Ordem nº 132, Ministério da Justiça, em 28 de maio de 1824.
Ordem nº 130, Ministério da Guerra, em 1º de junho de 1824.
Ordem nº 147, Ministério da Marinha, em 8 de julho de 1824.
Ordem nº 169, Ministério dos Estrangeiros, em 12 de agosto de 1824.
Ordem nº 170, Ministério da Guerra, em 14 de agosto de 1824.
Ordem nº 182, Ministério da Justiça, em 30 de agosto de 1824.
Ordem nº 215, Ministério da Justiça, em 9 de outubro de 1824.
Ordem nº 253, Ministério dos Estrangeiros, em 6 de dezembro de 1824.
Ordem nº 274, Ministério da Fazenda, em 22 de dezembro de 1824.
Ordem nº 82, Ministério da Justiça, em 2 de abril de 1825.
Ordem nº 125, do Ministério da Justiça, em 24 de dezembro de 1824.
Ordem nº 237, do Ministério da Fazenda, em 11 de outubro de 1825.
Ordem nº 244, do Ministério da Guerra, em 22 de outubro de 1825.
Ordem nº 245, do Ministério da Fazenda, em 24 de outubro de 1825.
Ordem nº 127, do Ministério da Fazenda, em 21 de julho de 1829.
Ordem nº 161, do Ministério dos Estrangeiros, em 12 de setembro de 1829.
Ordem nº 208, Ministério dos Estrangeiros, em 4 de novembro de 1829.
Decreto de 14 de dezembro de 1830.
Ordem nº 22, do Ministério da Marinha, em 18 de janeiro de 1830.
Ordem nº 149, do Ministério da Marinha, em 17 de agosto de 1830.
Decreto - de 9 de Janeiro de 1825.
Projeto de regulamento ou estatutos para o Curso Jurídico criado pelo Decreto de 9 de Janeiro de 1825, organizado pelo Conselheiro de Estado Visconde da Cachoeira, e mandado observar provisoriamente nos Cursos Jurídicos de S. Paulo e Olinda pelo art. 10 desta lei.
Lei de 11 de agosto de 1827.
Decreto nº 1.386, de 28 de abril de 1854.
Decreto nº 9.360, de 17 de janeiro de 1885.
Decreto nº 9.360, de 1885.
Decreto nº 1232-H, de 2 de janeiro de 1891.